

## DIFICULDADES DOS JOVENS BRASILEIROS PARA ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO

Instituto Maayan<sup>1</sup>

Priscilla Pacheco de Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda as dificuldades enfrentadas pelos jovens brasileiros ao ingressarem no mercado de trabalho. Discute-se a falta de experiência, a escassez de vagas, as exigências das empresas e as dúvidas dos empregadores em relação aos encargos trabalhistas como principais obstáculos. Propõem-se estratégias para superar tais desafios, como busca por qualificação profissional, envolvimento em projetos de voluntariado e participação em programas de estágio e trainee. Destaca-se a importância da formação adequada, do networking e do autogerenciamento para o sucesso profissional dos jovens.

**Palavras-chave:** Jovens Brasileiros; Mercado de Trabalho; Dificuldades; Experiência Profissional; Qualificação.

### ABSTRACT

This article addresses the difficulties faced by Brazilian youth when entering the job market. It discusses the lack of experience, shortage of job opportunities, company requirements, and employer uncertainties regarding labor costs as primary obstacles. Strategies to overcome these challenges are proposed, such as seeking professional qualifications, engaging in volunteer projects, and participating in internship and trainee programs. The importance of proper education, networking, and self-management for the professional success of youth is emphasized.

**Keywords:** Brazilian Youth; Job Market; Challenges; Professional Experience; Qualification.

---

<sup>1</sup> Instituto fundado em 2011, tratando-se de uma organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. Resultado da união da Associação Fonte de Vida Isaura Santos e do desejo de uma equipe multidisciplinar de profissionais e empreendedores sociais. Com notória experiência gerencial no campo das realizações sociais e nos princípios do desenvolvimento integrado e autossustentável. E-mail: maayan.instituto@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: priscilla\_souza@id.uff.br

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o tema do desemprego no Brasil tem sido alvo de intensos debates e preocupações recorrentes. Entre os grupos mais afetados por essa realidade persistente, destacam-se os jovens, que enfrentam uma série de obstáculos ao ingressar no mercado de trabalho. Apesar de algumas melhorias pontuais na taxa de emprego, o número total de desempregados continua elevado, alimentando discussões e iniciativas legislativas. Um dos principais pontos de discussão é a dificuldade enfrentada pelos jovens para conseguirem uma oportunidade profissional, devido à falta de experiência e à pouca maturidade profissional.

Nesse contexto, é fundamental compreender o conceito de juventude, definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como o período que vai dos 15 aos 24 anos de idade, e conhecer as diretrizes legais que regem a entrada dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. Embora a legislação trabalhista permita o trabalho a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz, muitos jovens enfrentam dificuldades para encontrar oportunidades adequadas às suas necessidades e expectativas. A falta de experiência, a escassez de vagas, as exigências das empresas e as dúvidas dos empregadores em relação aos encargos trabalhistas são apenas alguns dos desafios enfrentados por esses jovens.<sup>3</sup>

Diante desse cenário, é crucial desenvolver estratégias e oferecer orientações para que os jovens possam aumentar suas chances de conseguir um emprego e se inserir de forma satisfatória no mercado de trabalho. Entre as medidas recomendadas estão a busca por qualificação profissional por meio de cursos técnicos, o envolvimento em projetos de voluntariado, a elaboração de currículos atrativos e a participação ativa em programas de estágio e trainee oferecidos por grandes empresas.

O tema foi discutido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) e centrou-se na necessidade de oferecer mais oportunidades de aprendizagem em empresas para os jovens brasileiros. Uma pesquisa inédita sobre a empregabilidade dos jovens no país, realizada pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, foi apresentada. Dos 207 milhões de brasileiros, cerca de 100 milhões estão empregados. No entanto, menos de 15% das pessoas que trabalham ou estudam estão na faixa etária de

---

<sup>3</sup> Segundo informações do site <https://blog.bne.com.br/dificuldades-do-jovem-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em 08/12/2023.

adolescentes, entre 14 e 24 anos. Especialistas consideram esse número muito baixo e argumentam que é crucial facilitar a entrada de mais jovens no mercado de trabalho.<sup>4</sup>

Há a necessidade de esforços tanto da sociedade quanto do Congresso para atrair mais empresas a oferecer oportunidades de trabalho para os jovens, indo além do simples cumprimento da Lei 10.097, que estabelece cotas para jovens aprendizes nas empresas. Que, segundo a pesquisa realizada, as ocupações mais comuns entre os jovens atualmente empregados no país, destacam-se: auxiliar de escritório, assistente administrativo, repositor de mercadorias, vendedor de varejo, embalador, almoxarife, operador de caixa, atendente de lanchonete e ajustador mecânico.

Neste contexto, são imprescindíveis ações que prepararam jovens no enfrentamento dos desafios encontrados no mercado de trabalho, investindo na sua formação, no desenvolvimento de habilidades e no fortalecimento de uma rede de contatos profissionais. A atualização constante, o autogerenciamento e a busca por oportunidades de aprendizado e crescimento são fundamentais para que os jovens possam superar as dificuldades e alcançar o sucesso profissional.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Levando em consideração que globalização é um fenômeno transformador do mundo, onde as fronteiras são cada vez mais tênues, pode-se compreender que há o compartilhamento de interesses pessoais, avanços tecnológicos e científicos em um cenário de desenvolvimento equilibrado entre as nações. No entanto, esse processo não ocorre sem impactos significativos na estrutura política e econômica das sociedades, como aponta o autor. Um dos aspectos mais marcantes da globalização é sua influência na economia, promovendo a integração dos mercados em escala mundial. Isso implica em mudanças profundas na dinâmica econômica, onde a mobilidade financeira muitas vezes supera a importância da economia produtiva. Nesse contexto, as instituições internacionais enfrentam desafios para regular a ação das empresas globais, enquanto os Estados se veem em uma posição desconfortável, com um controle diminuído sobre aspectos-chave da economia. (MOURA; ANDRADE, 2014, p. 16)

---

<sup>4</sup> Segundo informações do site <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-05/pesquisa-mostra-dificuldades-dos-jovens-em-acessar-mercado-de-trabalho>. Acesso em 06/12/2023.

Desta forma, o avanço da globalização gera conflitos com os valores e interesses das nações, levando alguns especialistas a apontar para a necessidade urgente de regulação desse processo para evitar crises futuras. A crescente dificuldade dos governos em controlar o movimento do capital internacional coloca em xeque sua capacidade de conduzir políticas econômicas internas. No contexto das organizações, a globalização e os avanços tecnológicos têm promovido mudanças significativas, exigindo um perfil de conhecimento mais profundo por parte dos profissionais. A gestão do conhecimento torna-se essencial, com empresas buscando utilizar estratégias para captar, organizar, transmitir e utilizar o conhecimento de forma eficaz, visando o desenvolvimento de novos produtos e serviços inovadores.

Diante dessas transformações, as pessoas assumem um papel central como fonte de vantagem competitiva para as empresas. Elas são responsáveis por gerar inovação, tomar decisões, liderar equipes e conduzir os negócios. Nesse sentido, a administração com as pessoas emerge como uma abordagem fundamental, na qual os funcionários são vistos não apenas como recursos, mas como sujeitos ativos e empreendedores dentro das organizações. Essas mudanças têm reflexos diretos no mercado de trabalho, onde a competitividade entre as empresas é intensificada. A busca por redução de custos e aumento de lucros leva as organizações a reorganizarem seus processos e adotarem novos programas para se manterem competitivas em seus setores de atuação.

Diante disso, é possível refletir que ingresso bem-sucedido no mercado de trabalho é um desafio significativo para os jovens trabalhadores, mesmo em períodos de atividade econômica favorável. Estudos especializados demonstram que a deterioração do cenário econômico afeta esses indivíduos de maneira particularmente intensa. Além disso, há evidências de que os impactos dos períodos de recessão na inserção dos jovens no mercado de trabalho perduram por muitos anos após o término dessa.

Ao realizar a análise sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro entre 2013 e 2020, com foco nas mudanças observadas em dois episódios de forte retração econômica, foi avaliado que o primeiro ocorreu em torno de 2015-2016 e o segundo no ano de 2020, devido à pandemia da Covid-19. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (CORSEUIL; FRANCA, 2020, p. 93)

A recessão que atingiu o Brasil em 2014 teve impactos significativos no mercado de trabalho nos anos seguintes, especialmente em 2015 e 2016. Durante esse período, observou-se uma queda acentuada na proporção de jovens ocupados, como indicado no gráfico 1. No

primeiro trimestre de 2017, essa proporção atingiu seu ponto mais baixo, marcando 47,3% do total de jovens empregados. Em contraste, no primeiro trimestre de 2015, essa proporção era significativamente mais alta, representando 53,1% dos jovens. Isso reflete uma diminuição de aproximadamente 6 pontos percentuais ao longo desses dois anos. O declínio na parcela de jovens ocupados foi acompanhado por um aumento correspondente na proporção de jovens desempregados. No primeiro trimestre de 2015, a parcela de jovens desempregados era de 9,4%, enquanto no primeiro trimestre de 2017, essa proporção aumentou para 15,7%. Esse aumento no desemprego entre os jovens reflete as dificuldades enfrentadas por essa faixa etária durante o período recessivo. (CORSEUIL; FRANCA, 2020, p. 94)

Esses dados ilustram os desafios enfrentados pelos jovens no mercado de trabalho em períodos de crise econômica, destacando a importância de políticas e medidas para promover a empregabilidade e a inserção desses indivíduos na economia. Já que a compensação entre os movimentos nas parcelas de ocupados e desempregados manteve os quantitativos da força de trabalho praticamente inalterados durante esse período. No entanto, uma mudança significativa na composição do grupo dos inativos foi observada, com um aumento expressivo na parcela de jovens desalentados. Esses jovens desalentados são aqueles que, embora em condições de trabalhar, não procuram emprego por falta de esperança de encontrar uma oportunidade. No primeiro trimestre de 2015, essa parcela representava 4,1% do total de jovens, enquanto no primeiro trimestre de 2017, esse número aumentou para 10,8%. (CORSEUIL; FRANCA, 2020, p. 94)

A pesquisa mostra que o aumento substancial nos jovens desalentados sugere um fenômeno que pode ser resultado das dificuldades enfrentadas para encontrar emprego durante o período recessivo, o que levou muitos jovens a desistirem de procurar ativamente por oportunidades de trabalho. Essa situação é preocupante, pois representa não apenas uma perda de potencial produtivo para a economia, mas também um impacto negativo no bem-estar e na perspectiva de futuro desses indivíduos.

Faz-se necessário não apenas de compreender os desafios enfrentados pelos jovens, mas também de desenvolver novas estratégias e instrumentos para promover efetivamente seus direitos. Uma escola de qualidade, por exemplo, é fundamental para preparar os jovens para o mercado de trabalho, mas não é suficiente. É necessário que essa escola também estimule o desenvolvimento das habilidades dos jovens, permitindo sua inserção autônoma e segura em diversos aspectos da vida social, como o trabalho, a comunidade, a política e a cidadania.

Não basta apenas interromper o ciclo de inserções precárias e desalento que afeta muitos jovens no mercado de trabalho. Também é essencial criar condições que respeitem as especificidades do trabalho juvenil, levando em consideração outras dimensões importantes dessa fase da vida e suas peculiaridades. Em suma, é necessário um enfoque integral que reconheça as múltiplas facetas da juventude e promova sua participação ativa e significativa na sociedade.

## **2. POLÍTICAS DE EMPREGO**

O conceito de política de emprego abrange uma variedade de medidas que visam influenciar a oferta e a demanda de trabalho. No entanto, na literatura, o termo é frequentemente utilizado de forma mais restrita, referindo-se especificamente às ações que afetam diretamente esses aspectos do mercado de trabalho.

As políticas de emprego podem ser classificadas em passivas e ativas. As políticas passivas têm como objetivo principal compensar os desempregados e tornar sua situação mais tolerável, geralmente por meio de transferências monetárias ou redução da oferta de trabalho. Um exemplo comum é o seguro-desemprego, que proporciona benefícios financeiros aos trabalhadores desempregados durante sua transição entre empregos. A lógica por trás do seguro-desemprego é que o desemprego é muitas vezes visto como uma circunstância temporária, e o benefício é concedido para ajudar os trabalhadores a atravessarem esse período de transição até conseguirem um novo emprego. Outra medida passiva é a extensão dos ciclos escolares, que adia o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Isso não só reduz a pressão sobre a oferta de emprego, mas também aumenta o nível de qualificação da mão de obra futura, o que pode impactar positivamente as taxas de desemprego, já que os trabalhadores mais qualificados têm mais chances de encontrar emprego. (PADILHA, 2010, p.18)

Essas políticas passivas têm como objetivo mitigar os efeitos do desemprego e da escassez de empregos, oferecendo suporte financeiro aos desempregados e reduzindo a pressão sobre o mercado de trabalho.

Já as políticas de emprego ativas são aquelas que se concentram em aumentar o nível de emprego por meio de ações direcionadas aos trabalhadores e ao mercado de trabalho como um todo. Essas políticas têm como objetivo principal facilitar o ingresso no mercado de trabalho e melhorar as condições de emprego. Uma das principais medidas dentro das políticas de

emprego ativas é a formação profissional. Investir na qualificação dos trabalhadores pode facilitar sua inserção no mercado de trabalho e aumentar suas chances de manter o emprego uma vez inseridos. Ao elevar o nível de qualificação da mão de obra, as empresas podem encontrar trabalhadores mais preparados e adequados às suas necessidades. A intermediação de mão de obra é outra medida importante das políticas de emprego ativas. Por meio desse processo, busca-se conectar os trabalhadores desempregados às vagas disponíveis no mercado de trabalho. Isso pode ser feito levantando informações sobre as demandas das empresas e cruzando esses dados com os perfis dos trabalhadores em busca de emprego, facilitando assim a colocação dos trabalhadores e reduzindo o desemprego. (PADILHA, 2010, p.19)

Independentemente de serem passivas ou ativas, as políticas de emprego ganharam uma importância crescente diante das mudanças no mercado de trabalho e da necessidade de proteção social. Elas desempenham um papel fundamental em reduzir os riscos e vulnerabilidades associados ao desemprego e em garantir um fluxo estável de renda para os trabalhadores, além de facilitar sua reinserção no mercado de trabalho. No entanto, é importante reconhecer que a eficácia dessas políticas pode estar limitada pela disponibilidade de vagas, sendo o crescimento econômico uma condição essencial para o sucesso dessas iniciativas.

Os jovens enfrentam uma taxa de desemprego significativamente alta, o que pode ser atribuído a diversos fatores. Entre esses fatores estão a falta de experiência prévia no mercado de trabalho, o estágio de desenvolvimento em que se encontram e a fragilidade de suas ocupações durante períodos de baixa atividade econômica. A falta de experiência anterior de trabalho é um dos principais desafios enfrentados pelos jovens. Muitos empregadores preferem candidatos com experiência, o que pode dificultar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, criando um ciclo no qual é difícil adquirir experiência sem primeiro conseguir um emprego.

Além disso, a juventude é uma fase de crescimento e transição, na qual os jovens estão explorando diferentes opções de carreira e desenvolvendo suas habilidades. Isso pode tornar mais difícil para eles encontrar empregos que correspondam às suas expectativas e interesses. Outro aspecto a considerar é a vulnerabilidade dos jovens às flutuações da atividade econômica. Durante períodos de recessão ou baixo crescimento econômico, é comum que os empregadores reduzam suas contratações, deixando os jovens em uma posição ainda mais precária no mercado de trabalho.

Para muitos jovens, o trabalho assalariado é a principal forma de adquirir experiência profissional. No entanto, esses empregos muitas vezes são caracterizados pela precariedade e instabilidade, oferecendo salários baixos e poucos benefícios, o que pode dificultar ainda mais

a situação dos jovens trabalhadores. Esses indivíduos enfrentam desafios únicos no mercado de trabalho, que incluem a falta de experiência, a fase de transição em que se encontram e a instabilidade econômica. Para abordar esses desafios, são necessárias políticas e programas específicos que apoiem a entrada dos jovens no mercado de trabalho e promovam sua estabilidade e desenvolvimento profissional.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens (PNPE), criado pelo Governo Federal em 2003, foi uma iniciativa destinada a abordar a questão do desemprego juvenil e promover a inclusão social de jovens de baixa renda e com pouca escolaridade. Ao longo de suas adaptações e regulamentações, o programa teve como objetivos primordiais a geração de empregos para jovens e a preparação deles para atividades remuneradas, considerando sua situação socioeconômica. Os critérios estabelecidos para a participação no PNPE foram específicos, visando atingir os jovens em situação de desemprego involuntário, pertencentes a famílias com baixa renda per capita e matriculados em instituições de ensino fundamental ou médio, ou que já tivessem concluído o ensino médio. Além disso, o programa tinha como foco jovens que não haviam concluído o ensino fundamental ou médio, reservando pelo menos 70% dos empregos gerados para essa parcela da população. (PADILHA, 2010, p. 26)

Como alternativas para melhorar o programa, sugere-se a desburocratização dos processos, a extensão dos requisitos de escolaridade e a inclusão de jovens com vínculos empregatícios anteriores. Além disso, medidas para incentivar a continuidade da educação dos jovens poderiam ser implementadas, como a exigência de que os participantes permaneçam estudando enquanto estão empregados pelo programa. Em suma, o PNPE representou uma tentativa do governo de enfrentar o desemprego juvenil e promover a inclusão social, mas enfrentou desafios em sua implementação que requerem revisão e ajustes para garantir sua eficácia e impacto positivo na vida dos jovens trabalhadores.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A compreensão dos fatores que influenciam a dinâmica do emprego juvenil é fundamental para enfrentar as desigualdades sociais no Brasil. Dentre esses fatores, destacam-se a vulnerabilidade do emprego juvenil a choques econômicos, a falta de experiência, a preferência das empresas por trabalhadores adultos, possíveis desajustes entre o sistema



educacional e as demandas do mercado de trabalho, e o abandono escolar devido à necessidade de contribuir para a renda familiar.

As políticas de emprego voltadas para os jovens, ao longo do período analisado, priorizaram o acesso de jovens de baixa renda e com pouca qualificação. No entanto, algumas falhas foram identificadas, como o diagnóstico equivocado de que a falta de experiência anterior de trabalho era a principal barreira para a inserção laboral. Além disso, a elevada rotatividade do emprego juvenil revelou que as altas taxas de desocupação não decorrem apenas da dificuldade de ingressar no mercado de trabalho, mas também da dificuldade em manter o emprego.

O estímulo às contratações por meio de subvenção econômica, como no caso do PNPE, suscitou críticas devido ao risco de desonerar contratações que naturalmente têm custos mais baixos. Os subsídios podem acabar sendo pouco atrativos para as empresas contratarem jovens, ou mesmo serem utilizados para contratações que seriam feitas independentemente do incentivo. Nesse contexto, programas como o Projovem, que se concentram na qualificação dos jovens, representam avanços. (PADILHA, 2010, p. 45)

A dicotomia entre trabalho e escola coloca desafios para as políticas públicas, uma vez que os jovens inseridos precocemente no mercado de trabalho têm experiência limitada, e as mudanças tecnológicas tendem a diminuir a demanda por certas habilidades. Isso pode levar à precarização do emprego e perpetuar as distorções sociais.

Em relação ao desemprego juvenil, as políticas de emprego pressupõem que ele ocorra quando há vagas disponíveis, e agem para ajustar a oferta e a demanda por mão de obra. Entretanto, em períodos de escassez de empregos, sua eficácia é limitada e o crescimento econômico se torna crucial. Diante das perspectivas favoráveis para a economia brasileira, é necessário investir em políticas que promovam a educação básica, a formação profissional e o crescimento econômico sustentado, garantindo oportunidades duradouras de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

#### 4. REFERÊNCIAS

BNE, 2023. Disponível em <https://blog.bne.com.br/dificuldades-do-jovem-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 08/12/2023.

CORSEUIL, Carlos Henrique; FRANCA, Maíra. “Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho em Tempos de Crise.” IPEA: Dossiê Jovens e Mercado de Trabalho na Pandemia, 2020.

PADILHA, Paulo Vitor Marques. “A Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho e Políticas Públicas de Primeiro Emprego no Brasil.” Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

MOURA, Daniela Macedo de; ANDRADE, Fernanda Zangiacomi. “Primeiro Emprego: A Dificuldade do Jovem no Mercado de Trabalho.” Pindamonhangaba: FUNVIC, 2014.

RÁDIO AGÊNCIA, 2023. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-05/pesquisa-mostra-dificuldades-dos-jovens-em-acessar-mercado-de-trabalho>. Acesso em 06/12/2023.